



## **Joaquín Almunia** Comissário Europeu da Concorrência

# “O euro vai ser uma moeda ainda mais forte”

● Alemanha adia para final de Março reforço do fundo europeu de estabilização

● Itália e Espanha colocam dívida pública com “sucesso” igual ao português

Primeira Linha 6 a 9 e Economia 28 e 29

Joaquín Almunia estará hoje numa conferência sobre regulação e competitividade, organizada pelo Negócios.



## Primeira Linha

JOAQUÍN ALMUNIA, COMISSÁRIO EUROPEU PARA A CONCORRÊNCIA

# Reguladores têm de ser solidários no corte de salários

Joaquín Almunia aplaude o corte nos salários dos reguladores já que, diz, tem de haver solidariedade neste momento de crise. O comissário europeu intervém hoje na conferência Europa 2011 - regulação e competitividade, promovida pelo Negócios

**EVA GASPAR  
ALEXANDRA MACHADO**

Regulação e competitividade é o tema que estará hoje em debate numa conferência organizada pelo **Negócios** e que traz a Portugal o comissário europeu para a Concorrência. Joaquín Almunia, antigo responsável na Comissão Europeia pelos Assuntos Económicos, aceitou responder, por escrito, a algumas questões, onde fala da intervenção de Bruxelas no combate aos cartéis. Fala, ainda, de alguns processos que envolvem Portugal e como os combustíveis devem ser analisados pela autoridade nacional da concorrência.

### A crise económica aumentou os casos de cartel e de práticas anticoncorrenciais?

É difícil responder a esta pergunta tendo em conta que é raro que um cartel se detecte logo de início. Para dar-lhe um exemplo, no caso do cartel sobre o transporte de carga por avião - sobre o qual a Comissão tomou uma decisão em Novembro - as companhias iniciaram a cooperação ilícita no final dos anos 90, quando confrontadas com um aumento dos preços do carburante, e alargaram essa mesma cooperação após os ataques terroristas de Setembro 2001 ao impor uma taxa de segurança igual para todos. O cartel só nos foi desvendado em 2005. O mesmo se passou com outros casos de cartéis cujas decisões foram adoptadas este ano. Mas visto que alguns dos cartéis investigados no passado, e mesmo actualmente, aparecem como respostas a uma forte diminuição da procura no sector em questão, é perfeitamente razoável antecipar que a crise tenha aumentado o apetite para cartelizar.

### Como tem agido Bruxelas?

O nosso esforço tem sido no sentido de prevenir que isso aconteça: por um lado, temos continuado uma política de sancionamento forte da actividade de cartel e o ano passado as coimas impostas alcançaram os três mil milhões de euros.

Por outro lado, temos feito um esforço de sensibilização dos actores económicos e políticos para a importância de não abrandar ou enfraquecer a aplicação da política da concorrência em épocas de crise devido à sua importância para o crescimento económico.

### Está a favor da criminalização destas práticas, como acontece nos Estados Unidos da América?

Nos EUA, além de estarem sujeitas a coimas por participação num cartel, as empresas podem igualmente ver os seus dirigentes condenados a fortes penas de prisão pela responsabilidade que lhe incumbe na matéria. Sou de opinião que os cartéis são a forma mais grave de violação das regras da concorrência, pois o objectivo é claramente de ganhar mais dinheiro à custa dos clientes, muitas vezes pequenas e médias empresas e, claro, os consumidores. Por isso surpreende-me e acho mesmo escandalosas as declarações de alguns dirigentes políticos - não em Portugal - que criticam a Comissão e defendem as empresas apanhadas em flagrante. Quem não quer ser multado deve respeitar a lei da concorrência como aliás outras leis.

### Esobre a criminalização?

A criminalização de tais práticas a nível europeu não está em agenda, tendo em conta as regras do Tratado e o nosso sistema administrativo de defesa das mesmas regras. O que não impede os Estados Membros de o fazerem e alguns já têm essa possibilidade. Estou intimamente convicto que a concorrência é boa para o consumidor, mas também para o crescimento económico e o emprego, pelo que todas as iniciativas para desencorajar os cartéis são bem-vindas. O que é importante é que exista, ao mesmo tempo, um programa de clemência que incentive as empresas e os seus dirigentes a confessar a existência do cartel.

### Em Outubro, a Comissão iniciou uma investigação aprofundada sobre o regime de seguros de crédito à ex-

## [A Autoridade da Concorrência] está em melhores condições para analisar o mercado português de combustíveis, atendendo às suas especificidades.

### portação. O Governo português já deu alguma resposta?

A Comissão abriu a investigação porque a remuneração do seguro de crédito é muito inferior ao preço de mercado e devemos ter muito cuidado em não criar problemas para uns, neste caso seguradores, para resolver o problema de outros - as empresas exportadoras. A Comissão aprovou muitos sistemas de apoio estatal ao seguro de crédito à exportação, mas o português não se enquadra plenamente nas regras excepcionais adoptadas para lidar com a crise. Estamos a tentar assegurar-nos que as medidas portuguesas respeitem as regras comunitárias.

### Em Portugal, tem havido queixas recorrentes de eventual cartelização nos combustíveis. Receberam alguma queixa? Como tencionam actuar? Têm conhecimento do trabalho feito pela Autoridade da Concorrência? Achrom-no suficiente?

Portugal não é o único país onde se podem ouvir essas queixas e isso explica-se pelo facto do combustível automóvel ser uma despesa importante para a maior parte das famílias. Até agora a Comissão nunca recebeu provas de um cartel neste mercado quer a nível europeu quer a nível nacional. O Dr. Manuel Sebastião e a sua equipa

têm feito muito trabalho nessa matéria e penso que estão em melhores condições para analisar em detalhe o mercado português atendendo às suas especificidades.

### Em alguns países, designadamente Portugal, está a verificar-se uma grande pressão para que os reguladores reduzam os salários dos seus funcionários. Esta circunstância pode comprometer a qualidade e a independência da própria regulação?

Tenho conhecimento disso em Portugal e noutros países. Numa altura em que um país tem de fazer grandes esforços para sanear as suas contas públicas - e Portugal não é o único nesse caso - é importante que o esforço seja dividido entre todos de forma equitativa. As autoridades nacionais, sejam elas os funcionários de Estado ou de entidades reguladoras, como a Concorrência ou o Banco Central, não podem escapar a esse dever de solidariedade.

No entanto, é necessário que isso seja feito de forma a respeitar a independência das mesmas entidades.

### Está a investigar os apoios às redes de telecomunicações de nova geração em Portugal? Houve queixas?

Portugal notificou um projecto de investimento importante nesta área que pode trazer um contributo significativo para o crescimento económico. Os serviços não encontraram problemas de concorrência e a Comissão deverá dar luz verde muito brevemente.

### Está a investigar, segundo foi noticiado em Portugal, o pacto de "não concorrência" no mercado ibérico entre a PT e Telefónica. Já chegou a alguma conclusão?

A Comissão Europeia está efectivamente a examinar se essas duas empresas se fazem ou não concorrência no mercado ibérico. Caso se chegue à conclusão que há matéria para investigação abriremos um procedimento formal. Por enquanto ainda estamos em fase de pré-investigação.



## PERFIL

"HOMEM" DA CONCORRÊNCIA AINDA RECORDADO PELO EURO

É o responsável pela Concorrência em Bruxelas há menos de um ano, pelo que é ainda sobretudo recordado pelos quase seis anos em esteve à frente dos Assuntos Económicos, tendo sido Joaquín Almunia quem acompanhou de perto o início da "tragédia grega" e impôs os primeiros planos de austeridade a Atenas - que acabaram por se revelar insuficientes para evitar a primeira intervenção externa num país do euro. Antigo secretário-geral do partido socialista espanhol, o PSOE, entre 1997 e 2000, Almunia esteve quase uma década nos Governos de Felipe González, primeiro como ministro do Emprego e da Segurança Social e depois da Função Pública. Licenciado em Direito e em Ciências Económicas, nasceu em Bilbao, em Junho de 1948, é casado e pai de dois filhos.



Miguel Baltazar

## Custo do BPN tem de ser limitado ao máximo

Há vários casos de concorrência que envolvem entidades portuguesas que estão a ser analisados por Bruxelas. Um deles é o BPN, que tem aquecido a campanha presidencial. Sobre ele, Joaquín Almunia afirma que a Comissão tem vindo a “discutir a reestruturação do banco com as autoridades portuguesas”. E envia um recado: “É importante que todas as opções sejam bem pesadas e que se identifique aquela que cria menos distorções de concorrência e limite o custo para o Estado, ou seja, os contribuintes portugueses, ao estrito mínimo necessário”.

É importante identificar a opção para o BPN que limite o custo para os contribuintes.

Em relação à ordem de recuperação das ajudas de 450 milhões de euros, dadas pelo Governo português ao BPP, Almunia lembra que a decisão de Bruxelas data de Junho, pelo que Lisboa dispõe ainda de tempo para regularizar a situação. “Estamos a acompanhar o caso e aguardamos informação do governo português”. Mas, acrescenta, “o banco entrou em liquidação em Abril de 2010 e o Estado português tomou as medidas necessárias para fazer valer os seus direitos no que respeita à recuperação da ajuda concedida, cujo montante deve ainda ser determinado”.

O comissário admite que a sucessão de ajudas de Estado à banca, um pouco por toda a Europa, representa um teste sério à capacidade de Bruxelas garantir que estas não distorcerão a concorrência. Ainda sim, diz, as regras são fundamentalmente as mesmas: as garantias “devem ser remuneradas pelos bancos, para evitar que se mantenham no mercado entidades não viáveis” e as recapitalizações têm de ser “reembolsadas” ou acompanhadas de um programa de “reestruturação viável”.

## “O euro vai ser uma moeda ainda mais fiável e forte a nível mundial”

Almunia acredita que o euro vai sair mais forte da tormenta e sublinha os “esforços notáveis” feitos por Portugal

Antes de passar, em Fevereiro de 2010, para a Concorrência, no âmbito da segunda Comissão Europeia presidida por Durão Barroso, Joaquín Almunia fora durante quase seis anos o comissário responsável pelos Assuntos Económicos, agora a cargo de Olli Rehn.

**Como antigo comissário do euro, não podemos deixar de fazer algumas perguntas... Portugal estará de novo a ser pressionado para aceitar ajuda externa para evitar que as tensões no mercado da dívida soberana se instalem em economias maiores, designadamente Espanha. Deveria o Governo**

**português pedir ajuda, numa altura em que Irlanda e Grécia já o fizeram e isso não se revelou suficiente para renovar os mercados?**

Noto que Portugal afirma que não precisa de ajuda e que a emissão de dívida de quarta-feira foi bem sucedida. Como o tem vindo a notar o meu colega Olli Rehn, Portugal está a fazer esforços consideráveis para reduzir o défice das suas contas públicas e em 2010 o resultado terá sido melhor que o objectivo, que já era ambicioso. Portugal anunciou igualmente uma série de reformas para melhorar a competitividade e a situação do emprego o que é muito importante.

Os frutos podem levar mais ou menos tempo a serem colhidos, mas a estratégia definida pela Comissão esta semana no quadro da análise anual do crescimento da União Europeia que assenta sobre o saneamento das contas públicas, as reformas estruturais e as medidas para

umentar o potencial de crescimento, é a estratégia certa.

**Há um ano, dizer que o euro estava em risco seria pura especulação, mas hoje é sintoma de crescente preocupação. Também acha que o euro pode estar em perigo?**

O euro não é a causa dos problemas actuais. É verdade que estamos a adoptar medidas agora, em matéria de governação económica entre outros aspectos, que deveriam ter sido tomadas desde o início da União Económica e Monetária. Mas o euro vai sair mais reforçado com as novas regras em matéria de governação e o mecanismo permanente para lidar com as crises provocadas por tensões nos mercados de dívida pública. Tudo isso antecipa um futuro em que o euro será uma moeda ainda mais fiável e forte a nível mundial e as economias dos países que o possuem mais dinâmicas e competitivas.

Estamos a tomar medidas, na governação económica entre outros aspectos, que deveriam ter sido tomadas no início do euro.



Europa 2011 - Regulação e Competitividade

# Autoridade da Concorrência já não tem processos com mais de três anos

Em 2010, a Concorrência fechou 26 processos. A autoridade garante que reduziu o tempo de investigação para menos de ano e meio

**ALEXANDRA MACHADO**  
amachado@negocios.pt

A Autoridade da Concorrência (AdC) garante que cumpriu o objectivo de fechar 2010 com processos que tenham menos de três anos. Manuel Sebastião, presidente da AdC, tinha afirmado ao **Negócios** pretender chegar ao final de 2010 precisamente com essa meta cumprida. Questionado, novamente, pelo **Negócios** sobre o cumprimento deste objectivo, a Autoridade da Concorrência diz estar "em condições de comunicar não existirem em investigação/instrução, nesta data, processos de Práticas Restritivas da Concorrência (PRC) com mais de três anos de antiguidade".

A entidade liderada por Manuel Sebastião diz que esta situação foi o resultado de "um gradual e intenso esforço para conclusão de processos com antiguidade significativa em investigação ou instrução, esforço esse que decorre já ao longo de todo o tempo de mandato do actual Conselho da AdC (cerca de dois anos e meio)". Para o actual conselho, esse objectivo era "fundamental" para a "agilização da actividade daquela que é a entidade encarregue de assegurar a aplicação das regras da concorrência em Portugal, e, como tal, assim foi assumido como objectivo pelo próprio presidente da AdC".

**26 processos concluídos**

No decorrer de 2010 foram decididos 26 processos de práticas restritivas de concorrência, tendo cinco sido fechados com condenações. O que significa que houve um total de 21 arquivamentos.

Destes 26 processos, 18 passarão os três anos de investigação no final de 2010. De acordo com os dados que a Autoridade da Concor-

Não existem em investigação/instrução, nesta data, processos de práticas restritivas da concorrência com mais de três anos.

**AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA**

rência revelou ao **Negócios**, dos 26 processos decididos em 2010, dois tinham sido abertos em 2003, dois eram referentes a 2004, seis eram de 2005. Igual número (seis) era referente a processos abertos em 2006, e outros dois foram iniciados em 2007. O que significa que apenas quatro eram de 2008 e outros quatro de 2009.

Com estes encerramentos, a Autoridade da Concorrência garante que o período médio de investigação da carteira de processos passou a ser, no final do ano, de 16,7 meses, quando em Março de 2009 era de 32,2 meses. Em Dezembro de 2009 já tinha caído para 28,6 meses.

As cinco condenações que a AdC produziu em 2010 elevaram o número de casos condenatórios a 24, desde 2003, quando aconteceu o arranque desta entidade.

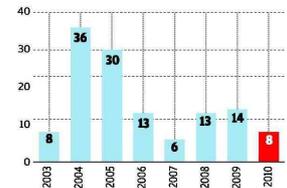
Nas condenações do ano passado, a AdC revela que três foram referentes a associações e ordens profissionais, uma na alimentação e outra na saúde. Uma dessas condenações, a que condenou a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, está em fase de recurso no Tribunal do Comércio.



Manuel Sebastião, presidente da Autoridade da Concorrência, garante que os processos que tem em mãos são casos com menos de dois anos.

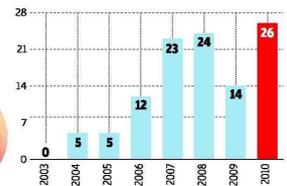
**A ADC CONCLUIU 2**

**2010 FOI DOS ANOS EM QUE MENOS PROCESSOS FORAM ABERTOS**



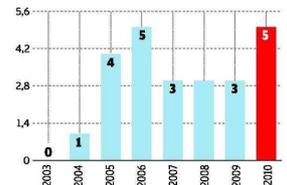
No arranque da Autoridade da Concorrência abriam-se mais processos de investigação. Em 2010, foram oito.

**2010 FOI O ANO EM QUE A ADC CONCLUIU MAIS PROCESSOS**



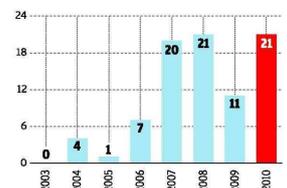
Em 2010, foram concluídos pela Autoridade da Concorrência um total de 26 processos.

**TAL COMO EM 2006, TAMBÉM EM 2010 A ADC PRODUZIU CINCO CONDENAÇÕES**



Houve cinco decisões condenatórias em 2010, o mesmo número que em 2006. Desde 2003, já houve 24 condenações.

**EM 2010 FORAM ARQUIVADOS 21 PROCESSOS**



O volume de arquivamentos disparou em 2007. Em 2010, a AdC arquivou tantos processos quanto os de 2008.

Fontes: Autoridade da Concorrência

**RECORDE DE ARQUIVAMENTOS**



O objectivo de fechar 2010 com processos com menos de três anos de investigação levou a que muitos dos casos fossem arquivados. Não resultaram em conclusões que permitissem haver condenações. No total, houve 21 processos arquivados. Igual número de arquivamentos aconteceu em 2008, ano em que Manuel Sebastião chegou à Autoridade da Concorrência (AdC). No mandato de Abel Mateus (2003 até Março de 2008) foram arquivados 32 processos. Nos dois anos e meio que já leva o mandato de Manuel Sebastião, a Concorrência já

arquivou 53 casos. No caso das condenações, durante o mandato de Abel Mateus houve acções nesse sentido em 13 casos. Já durante o mandato do conselho actual, Manuel Sebastião já condenou 11 casos. Desde 2003, a Autoridade da Concorrência já abriu um total de 128 processos, tendo encerrado 109. O que significa que chegou ao final de 2010 com um saldo de 19 processos em investigação. Um desses está ligado ao sector dos conteúdos televisivos, cuja decisão deverá estar, como já noticiou o **Negócios**, para breve.



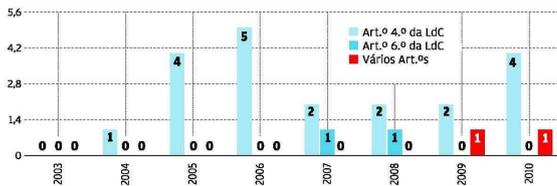
## 6 PROCESSOS EM 2010

### EMPRESAS DE MERCADOS NÃO REGULADOS SÃO AS PRINCIPAIS VISADAS DAS CONDENAÇÕES DA ADC



Desde 2003, a maior parte das condenações realizadas pela Autoridade da Concorrência é em mercados não regulados. Apenas sete, de um total de 24 condenações, foram em sectores regulados.

### MAIOR PARTE DOS PROCESSOS CONDENATÓRIOS FORAM POR PRÁTICAS ANTICORRÊNCIAIS



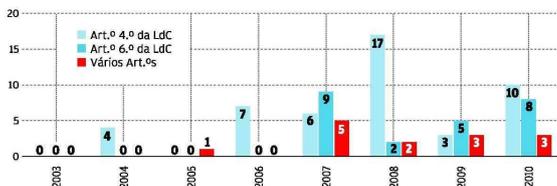
Por abuso de posição dominante (artigo 6º da Lei da Concorrência) houve até agora poucas condenações. A maior parte dizem respeito a práticas proibidas previstas no artigo 4º. Nos últimos anos, houve condenações com ambas as infracções.

### MAIOR PARTE DE CASOS ARQUIVADOS EM 2010 FOI EM SECTORES REGULADOS



Em 2010, os arquivamentos aumentaram. Dos 21 processos arquivados, 13 envolviam entidades em sectores regulados. Aqui houve recorde absoluto de arquivamentos. Nos mercados não regulados, o recorde foi atingido em 2008 com 19 arquivamentos.

### 10 INVESTIGAÇÕES A ALEGADAS PRÁTICAS PROIBIDAS FORAM ARQUIVADAS EM 2010



A maior parte dos arquivamentos, em 2010, foram a investigações por práticas proibidas, como sejam os acordos entre empresas, decisões de associações de empresas e as práticas concertadas entre empresas.

# Bruxelas ainda tem muitos desafios na concorrência

## Há vários desafios que a Comissão Europeia ainda tem na área da concorrência. Lutar contra os cartéis é prioridade

A Comissão Europeia tem sido chamada a pronunciar-se em vários casos portugueses ligados a eventuais práticas anticoncorrenciais. Joaquín Almunia chegou a comissário para a Concorrência em 2010, sucedendo a Neelie Kroes. “Quero trabalho para implementar uma verdadeira cultura de concorrência no seio das empresas europeias”. A mensagem foi deixada por Joaquín Almunia no seu primeiro discurso enquanto defensor dessa pasta.

Mas neste período, os seus serviços tiveram de se envolver em vários casos de ajudas estatais. A crise levaram vários Estados a salvarem bancos e a estabelecerem mecanismos de financiamento à economia, que tiveram de ser escrutinadas por Bruxelas. No caso português, Bruxelas ordenou ao Estado que tente recuperar as ajudas concedidas ao BPP.

Nas ajudas à economia, a Comissão já aprovou a possibilidade de Portugal continuar a conceder ajudas até 500 mil euros a empresas com dificuldades de acesso ao crédito bancário.

A nível global, também as ajudas de custos estatais têm sido uma das principais intervenções, tendo recentemente autorizado a continuação de ajudas ao sector financeiro, mas com obrigações de reestruturação para os bancos intervencionados.

Ainda assim, Almunia tem falado na necessidade de se aumentara luta anti-cartel. Em 2010 Bruxelas assinou condenações que levaram a coimas de três mil milhões de euros. Apesar desta ideia de que esta luta é uma prioridade, Nuno Ruiz, jurista especializado em direito da Concorrência, fala na necessidade de Bruxelas “aumentar a fiscalização dos cartéis”. Traça, ainda, como medidas prio-

**O comissário Almunia tem impressionado muitíssimo bem neste primeiro ano na pasta de Concorrência.**

**GONÇALO ANASTÁCIO**  
Sócio da SRSLegal

ritárias, que deviam ser tomadas por Bruxelas, o “aprofundar das orientações em matéria de aplicação das regras de concorrência; o suprir a inércia das autoridades nacionais de defesa da concorrência; o melhorar os mecanismos de tutela jurisdicional efectiva com a adesão à Convenção Europeia dos Direitos do Homem e reforçar os incentivos ao “private enforcement””. Miguel Mendes Pereira, outro jurista especializado na matéria, fala num dos grandes desafios que está por vencer na agenda da Comissão: “a definição de um quadro processual e substantivo relativo à aplicação das regras de concorrência em litígios privados (“private enforcement”)”. Esta acção permite que indivíduos e empresas prejudicadas possam pedir indemnizações em tribunal contra entidades que prevaricaram. “O desafio consiste em criar um conjunto de princípios adequados às tradições jurídicas dos diferentes Estados-membros”, diz Miguel Mendes Pereira. Este advogado fala, ainda, em vários desafios decorrentes da agenda digital, como sejam a neutralidade das redes, a garantia de acesso a conteúdos e ficar atento ao desenvolvimento das redes ultra-rápidas. **AM**

## IDEIAS-CHAVE

O QUE OS JURISTAS PEDEM À COMISSÃO EUROPEIA

**1 FISCALIZAÇÃO DE CARTÉIS**  
Aumentar a fiscalização dos cartéis deve ser uma prioridade de Bruxelas.

**2 ORIENTAÇÕES DAS REGRAS**  
As regras de concorrência podem ter aplicações subjectivas. Os juristas pedem orientações na aplicação das regras. Nuno Ruiz fala, ainda, da supressão da inércia das autoridades nacionais.

**3 “PRIVATE ENFORCEMENT”**  
É necessário que se avance na área das acções privadas contra entidades que tenham práticas anticoncorrenciais. João Teixeira de Matos, “partner” da Garrigues, explica que “embora em teoria tal possibilidade exista na generalidade dos Estados membros, o facto de tais acções ficarem sujeitas às regras processuais comuns e o facto de não se regular, de forma uniformizada, as relações com os processos de “public enforcement”, cria diversas dificuldades que desincentivam as empresas a agir”.

**4 CONTRATAR PORTUGUESES**  
Gonçalo Anastácio faz ainda uma proposta distinta: “continua a verificar-se uma clara escassez de funcionários portugueses”.